

CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS ABSTRATOS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Jéssica Rabelo Nascimento (UEMS)

jessica_nascimento26@live.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo promover um breve estudo sobre a língua brasileira de sinais – libras, que é a língua usada pela comunidade surda brasileira e obteve seu reconhecimento legal pela Lei 10436/2002, regulamentada pelo Decreto 5626/2005. As línguas de sinais não são uma versão em sinais da língua falada pelos ouvintes, portanto, a língua brasileira de sinais - libras não é uma simples tradução da língua portuguesa por intermédio de movimentos de mãos. Apesar de possuírem características próprias, como sua modalidade visual-espacial e serem realizadas no espaço, por meio de articuladores visuais como as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização, possuem, como qualquer outra língua, estruturas gramaticais e níveis linguísticos como o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Assim, destacamos a relevância desse estudo na medida em que buscaremos entender a construção dos sentidos e quais seus fatores que irão influenciar nesse processo de interpretação/tradução.

Palavras-chave: Sentido. Libras. Língua.

1. *Introdução*

A língua brasileira de sinais, língua da comunidade surda do Brasil, passou a ser, desde seu reconhecimento legal em 2000, uma língua oficial e um direito dos surdos. Entretanto, ainda está à espera de uma política – no âmbito da linguagem – que viabilize sua consolidação linguística, para que assim alcance o mesmo status social que a língua oral do país, uma vez que em aspectos linguísticos em nada se diferem.

A libras difere-se sensivelmente das línguas orais por sua modalidade visual-espacial, ou seja, utiliza o espaço para sua enunciação e recorre aos articuladores visuais, como as mãos e corpo, para sua emissão e recepção. Dessa forma, como se dará a construção de sentidos na libras?

É nesse sentido que este artigo se insere, com o objetivo de promover um estudo sobre a tradução e interpretação da libras e sobre o que seriam essas duas categorias, fazendo, assim, um breve resumo de cada uma e apresentando suas qualidades, além de destacar os mecanismos e

influências que o sujeito surdo necessitará para a construção de sentidos no ato tradutório.

Sendo esta uma pesquisa bibliográfica, fundamentamo-nos em autores renomados nos estudos e pesquisas da área das línguas de sinais, tais como Lucinda Ferreira Brito (1995), Ronice Müller Quadros & Lodenir Becker Karnopp (2004), Allwright (2003), Miller (2006) e Moraes-Bezerra (2003); na área de tradução, autores como Emeli Marques Costa Leite (2004) e Ewandro Magalhães Jr. (2007); e para a construção de sentidos, George Lakoff e Mark Johnson (1999).

Considerando o momento político favorável para as minorias linguísticas em nosso país, destaca-se a relevância deste estudo na medida em que se faz olhar o Brasil como plurilíngue, para que possamos reconhecer, valorizar e estudar as outras línguas existentes no país, além do português, como é o caso, da libras.

2. Tradução e interpretação

Esses dois conceitos são recebidos de formas muitas vezes equivocadas pela falta de conhecimento acerca do assunto. Desta forma Emeli Marques Costa Leite (2004, p. 44) discorre sobre:

Historicamente, a tradução e a interpretação têm sido tratadas como atividades correspondentes. Frishberg (1990) argumenta que os termos tradução e interpretação podem ser considerados como sinônimos um do outro. As concepções tradicionais sobre interpretação tratavam, basicamente, a tradução da fala como equivalente à tradução da escrita. Conforme essa tradição, pesquisas em interpretação têm estabelecido uma correspondência entre “texto fonte” e “texto alvo” como fornecidos oralmente. Na visão de Metzger (1999a) tanto a tradução como a interpretação consistem na interpretação de um dado texto em uma outra língua.

O ato de tradução seria a conversão de um texto escrito para outro texto escrito, enquanto a interpretação seria a conversão de uma mensagem oral em outra oral. Desta forma, pode-se dizer que o tradutor trabalha com texto e o intérprete com texto oral.

De acordo com Emeli Marques Costa Leite (2004), o termo tradução é usando num amplo sentido e pode designar a troca de mensagens de uma língua para a outra, sendo línguas escritas orais ou mesmo sinalizadas. Entretanto, ao menos uma dessas deverá ser na modalidade escrita.

Segundo Ewandro Magalhães Jr. (2007, p. 170), a tradução vai

além do que uma simples busca de sinônimos. “Traduzir é sempre um exercício imperfeito”, em que se tenta cruzar o universo semântico de ideias e sentimentos do outro. O tradutor intérprete intui o sentido de passagens, por vezes dúbias e fazem escolhas a todo o momento, elegendo, tomando decisões e se arriscando ao erro. Complementando, Susan Bassnett (2005) afirma que:

A tradução envolve muito mais do que a simples troca de itens lexicais e gramaticais entre as línguas e, como pode ser visto na tradução de expressões idiomáticas e metáforas, o processo pode incluir a eliminação de elementos linguísticos essenciais do texto em Língua Fonte, [...] quando o tradutor se afasta da equivalência linguística próxima, os problemas em determinar a natureza exata de nível de equivalência pretendida vêm à tona. (BASSNETT 2005, p. 47)

A tradução, em seu sentido restrito, refere-se ao processo de trocas de mensagens escritas de uma língua para uma outra; já na interpretação, o processo de troca é feito de uma língua para a outra, sendo essas línguas orais ou sinalizadas. No entanto, ressalta-se uma característica importante da interpretação: sua troca ser ao vivo, para que haja, assim, uma interpretação simultânea.

Conforme Santos (2006), a tradução envolve técnicas, por isso requer um profissional com habilidades e qualificação para traduzir um texto de uma língua para a outra, ou seja, trata-se de um processo reflexivo. Logo, entende-se que o ato tradutório envolve pelo menos uma língua de caráter escrito.

Desta maneira, no trabalho de tradução, o profissional necessitará de condições físicas, mentais e culturais adequadas para a execução das atividades que lhe competem, afim de que o resultado seja melhor e com mais qualidade. Essas condições podem ser atribuídas pelo uso de alguns recursos: tempo para o levantamento de dados, espaço para estudo, materiais adequados para a realização de pesquisas, abertura para a possibilidade de discussão com outros profissionais da área de tradução. Estes são componentes que auxiliam o desenvolvimento da prática de tradução.

Emeli Marques Costa Leite (2004, p. 35) afirma:

As condições de trabalho do intérprete e do tradutor são diferentes. Enquanto o tradutor pode interromper seu trabalho para consultar fontes internas ou externas, o intérprete tem de adquirir todo o vocabulário e o conhecimento necessário antes do ato tradutório em si. Enquanto o trabalho do tradutor é mais individual, o trabalho do intérprete pode ser realizado em equipe, a depender da natureza do trabalho. O ritmo de trabalho de tradutores e intérpretes

também é diferente. O trabalho do tradutor permanecerá no tempo, enquanto o trabalho do intérprete desaparece quando o evento termina.

Interpretação é um processo dinâmico que conta com profissional de qualidade para interpretar de uma língua fonte para uma outra língua, ou seja, o destino final. Tal processo, contudo, de ser realizado em tempo real. Nesta situação, o intérprete necessita, além de referências, do domínio linguístico, contextual e cultural, de técnicas e estratégias em ambas as línguas. Vale ressaltar que nesse método há um curto intervalo de tempo para a realização do processo cognitivo e a transmissão do discurso.

Podemos citar alguns autores do estudo da tradução como: Gadmer (1960), que revela que toda tradução é uma interpretação, Steiner (1975), que acreditava que a compreensão é um ato de tradução, e Eco (2007), que acreditava que traduzir e interpretar são quase a mesma coisa. Foi com Jakobson (1959, 1973), que surgiram as propostas que sustentam a tradução, sendo elas: a interlinguística, a intrasemiótica e a intralinguística ou reformulação. Eco elucida tais conceitos (1959, apud ECO, 2007, p. 265):

- ✓ Intralinguística/reformulação: é “uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua”;
- ✓ Interlinguística/tradução propriamente dita: é “uma interpretação de signos verbais por meio de signos verbais de alguma outra língua”;
- ✓ Intersemiótica/transmutação: é “uma interpretação de signos verbais por meio de um sistema de signos não verbais”.

O ato de traduzir não é uma transposição de léxico de uma língua para a outra, isto é, não se traduz palavra por palavra: é necessário que se traduza os significados semanticamente e as que sejam feitas referências entre as culturas, ou seja, o conteúdo.

De acordo com Karine Albuquerque (2016, p.54), a “Tradução como uma atividade apenas técnica e objetiva. Sendo assim, a subjetividade da interpretação do tradutor, passa a ser uma consequência dos processos de interpretação e tradução”. Assim, tanto o ato de tradução, como o de interpretação, faz-se sempre presente no processo comunicacional, para os ouvintes e para os surdos. Podemos citar como exemplo, as provas de concursos para ouvintes.

3. Tradução e a interpretação na língua de sinais

Em uma tradução de uma língua oral-auditiva para uma gesto-visual, no caso a libras, qual seria a equivalência da tradução de uma língua para a outra, levando em consideração que suas modalidades linguísticas são distintas? Para Campos (1986), nenhuma tradução tem a pretensão de substituir o seu texto original, porém sempre há uma tentativa de recriação dele, podendo ser feitas outras tentativas.

Não se traduz afinal de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine o seu trabalho. (CAMPOS, 1986, p. 22)

Conforme a autora, a tradução se baseia nos seguintes alicerces: a equivalência textual e a correspondência formal. Dessa forma, “uma boa tradução deve preocupar tanto com conteúdo quanto à forma do original, pois a equivalência textual é uma questão de conteúdo, e a correspondência formal, como o nome está dizendo, é uma questão de forma” (CAMPOS, 1986, p. 23), exige-se, assim, uma alta qualificação do profissional.

Na tradução da libras, existe dois componentes que são levados em consideração: análise da emissão de uma mensagem e a formulação da língua alvo. Sem a compreensão desses componentes, o tradutor/intérprete coloca em comprometimento a mensagem que irá ser traduzida.

Há duas formas de traduções na libras: simultânea e a consecutiva. A primeira, tradução e interpretação simultânea, consiste na transposição de uma língua para outra com um intervalo de tempo muito curto. Deste modo, o tradutor/ intérprete necessitará ouvir/ver a mensagem da língua fonte, fazer o processamento e repassar a língua alvo, no caso sendo a libras.

Tradutores/intérprete monomodais podem selecionar palavras de qualquer uma das línguas. No entanto, devido ao fato de só poderem articular as palavras de uma das línguas de cada vez, suas decisões cognitivas manifestam-se em apenas uma das línguas de cada vez. Tradutores/intérpretes bimodais não sofrem essa restrição. Grupos distintos de articuladores possibilitam que os bilíngues bimodais fazem o uso da coprodução de sinalização e vocalização e, deste modo, produzam as palavras de duas línguas simultaneamente. (QUADROS & METZGER, 2012, p. 43)

No ato tradutório, a interação é feita da seguinte maneira: sujeito surdo/locutor (ou seja, falante da língua de sinais) que fará enunciados de

determinada esfera, podendo ser ela política, acadêmica, educacional ou familiar, e um ouvinte/interlocutor, que não conhece a língua de sinais e por meio dessa tradução terá acesso ao discurso do surdo.

A interação dos intérpretes e tradutores da língua de sinais com os surdos supera fronteiras entre dois mundos, duas culturas, e leva esses profissionais a situações cada vez mais híbridas, o que os torna mais híbridos.

O hibridismo não é mero efeito ou consequência do contato entre elementos puros num contexto de heterogeneidades estanques, mas performatiza o processo formador conflitante constante, dinâmico e incessante de linguagens, identidades, culturas, ideologias e tecnologias em contato, entrecruzamentos, travessias e contaminações mútuas. Localizado (como é o caso de qualquer cultura, identidade ou outro produto social) em espaços sociais de entrecruzamentos e travessias, o hibridismo é afetado por e afeta, traduz e é traduzido por as múltiplas e complexas estruturas de poder existentes nesses espaços com as quais interage de forma “agonística” e “antagonística”. (MENEZES DE SOUZA 2007, p. 11)

Assim, Ronice Müller Quadros & Lodenir Becker Karnopp (2004) discorrem ainda sobre o ato tradutório, caracterizando-o como um ato de auto nível de complexidade, onde os tradutores/intérpretes processam as informações na língua fonte e fazem escolhas – lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas – para a língua alvo, que têm como objetivo aproximar as informações obtidas da língua fonte. Desta maneira, vê-se a importância de intérpretes das Línguas de sinais qualificados para a função que lhes é cabida.

O estudo cultural da tradução, conforme Sachet (2005), só é possível pelo fato de a língua estar totalmente atrelada à cultura. Pode-se dizer, portanto, que não se traduz línguas, mas sim culturas, com o intérprete sendo um intermediador cultural pertencente aos surdos.

4. Construção de sentido abstratos

A construção de sentidos, segundo Vyvyan Evans (2009), expressa que o significado não é uma propriedade das palavras, mas sim do enunciado, portanto ligada à situação real em uso. Para o autor, o que carrega significado não são as palavras, mas sim o enunciado, que, quando organizado em modelos cognitivos, de tal forma a construir o conhecimento em rede, dá origem aos conceitos lexicais, integrados e guiados por uma série de princípios.

Segundo Marcelo Dascal (2007, p. 194-195), “a interpretação envolve a manipulação de pistas de vários tipos, recorrendo não apenas ao conhecimento de mundo do destinatário, mas também aos seus conhecimentos de funções e convenções linguísticas”. Corroborando com essa ideia, Elidea Lucia Bernardino (2000) assevera que:

As pessoas não podem entender palavras que ouvem somente selecionando significados a partir de uma lista do léxico. Elas devem criar significados a partir de informações que acreditam serem comuns entre elas e o falante. A compreensão da palavra, então, pode ser vista como uma mistura de seleção e criação de significados. Em um processo centrado no contexto, os ouvintes usam a situação e o contexto da sentença para a compreensão do que o falante quer dizer. Quanto mais informações o contexto provê, maior é a confiança conseguida na construção do significado. (BERNARDINO 2000, p. 66-67)

Compreender um conceito polissêmico em uma tradução é de fundamental relevância. Sobre a polissemia, Augusto Soares da Silva (2006, p. 59) afirma que é “como uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto e abertos à mudança”, uma vez que

O significado não é estático, mas dinâmico, não é dado mas construído no conhecimento enciclopédico e configurado em feixes de conhecimento ou domínios, não é platônico mas corporizado, encarnado nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das culturas. Mas esta flexibilidade inerente do significado não significa caos; tem os seus limites e as suas restrições; não é incompatível, ou melhor, até exige uma certa estabilidade. Flexibilidade e estabilidade são ambas essenciais em qualquer sistema que pretenda ser eficiente: ambas contribuem para a eficiência cognitiva e comunicativa da linguagem. (SILVA, 2006, p. 59-60)

Assim, George Lakoff e Mark Johnson (1999, p. 447) discorrem acerca dos conceitos abstratos, que são construídos a partir de “tipos naturais de experiências”, obtidas nas interações com pessoas de determinados contextos e culturas. Para os autores (1999, p. 497), os conceitos “fazem uso de aspectos imaginativos”, ou seja, os “conceitos abstratos” que surgem por meio de projeções, ou espaços mentais. Daí acreditarem que construções gramaticais são maneiras arbitrárias de se organizar os sentidos, e os sentidos são os meios de expressar as experiências humanas.

Dessa maneira, o sujeito surdo fará a construção dos sentidos de conceitos abstratos com as experiências que ele obtiver, a partir de suas vivências naturais com o mundo, sendo elas com família, amigos, escolas ou igrejas.

Para Flavia Medeiros Álvaro Machado (2014), a significação depende de determinadas associações estruturais que se constituem a

partir das experiências. Individualmente, esse é um conhecimento idealizado, ou seja, um modelo cognitivo, compartilhado por membros de um mesmo grupo social, portanto modelo cultural. Sob a ótica da linguística cognitiva, é nos contextos dos modelos cognitivos e culturais que se estabelecem as categorias linguísticas. Por conseguinte, a linguagem é estudada como um sistema para a categorização do mundo, e é nela que se refletem as capacidades cognitivas gerais e as experiências individuais, sociais e culturais.

Nessa perspectiva, a construção de sentidos abstratos está diretamente ligada à função que o intérprete terá na construção de mundo e à qualidade de tradução, além da forma que os surdos farão seus sentidos, relacionando-os com as experiências vividas, ou seja, suas experiências individuais, assim como discorre Flavia Medeiros Álvaro Machado (2014).

5. Considerações finais

Procuramos, por meio desse artigo, aprofundar os conhecimentos sobre o trabalho do tradutor/intérprete e abordar as boas condições (sejam físicas, mentais e/ou culturais) que necessitam para a execução das atividades que lhes são submetidas. Além disso, discorre-se sobre as qualidades necessárias para a tradução de qualquer língua para a língua de sinais, em sua modalidade simultânea.

Na tradução da libras existe dois componentes que são levados em consideração: a análise da emissão de uma mensagem e a sua formulação na língua alvo. Sem a compreensão desses componentes, o tradutor/intérprete coloca em comprometimento a mensagem que irá ser traduzida.

Assim, elucidando que os conceitos abstratos são construídos a partir de “tipos naturais de experiências”, que são obtidas nas interações com pessoas de determinados contextos e culturas, entende-se que o surdo irá formular esses conceitos a partir de suas experiências, e com o auxílio do intérprete como intermediador cultural.

Não há, no presente estudo, pretensão de cunho conclusivo, pois ainda há muito a ser analisado sobre o assunto. Procura-se, no entanto, mostrar um pouco sobre a prática dos intérpretes das línguas de sinais e sobre suas atribuições para um projeto maior, que é a compreensão da construção dos sentidos abstratos na libras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Karine. *A construção de sentidos no processo de tradução/interpretação português/libras*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS.

ANATER, Gisele Iandra Pessin; PASSOS, Gabriele Cristine Rech dos. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. In: *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC/PGET, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p207/14229>>.

BASSNETT, Susan. *Estudos da tradução*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BERNARDINO, Elideia Lucia. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 12-04-2015.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 12-04-2015.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ/Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

DASCAL, Marcelo. *Interpretando e compreensão*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

EVANS, Vyvyan. *How words mean: Lexical concepts, cognitive models and meaning construction*. New York: Oxford University Press, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. *Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e ensino fundamental*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the em-*

bodied mind and its challenge to Western thought. New York: Basic Books, 1999.

LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do intérprete de LIBRAS na sala de aula inclusiva. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004.

MACHADO, Flavia Medeiros Álvaro. *Conceitos abstratos: escolhas interpretativas de português para libras*. Curitiba: Prismas, 2014.

MAGALHÃES JR., Ewandro. *Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea*. São Paulo: Parábola, 2007.

OLIVEIRA, Cláudia Cristina de. *A inclusão do aluno surdo no ensino regular e o importante papel do intérprete educacional de libras*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-inclusao-do-aluno-surdo-no-ensino-regular-e-o-importante-papel-do-interprete-educacional-de-libras/139964/#ixzz46kUVAi6w>>. Acesso em: 30-10-2016.

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, Augusto Soares da. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

STOKOE JR., William C. Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf. *Studies in Linguistics*, Buffalo, 1960 e em *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, vol. 10, n. 1. Oxford University Press, 2005. Disponível em: <<http://attach3.bdwm.net/attach/boards/ShouYu/M.1159964406.A/3.pdf>>.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. 2008. Tese (de doutorado). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>